

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO, EXECUÇÃO E MONITORAMENTO DO PROJETO "VIVA MOVIMENTO: PRÁTICAS CORPORAIS E QUALIDADE DE VIDA" MUNICÍPIO DE FRANCISCO SANTOS – PI

Órgão/Entidade:	Prefeitura Municipal de Francisco Santos – PI / Secretaria Municipal de Saúde
Número do ETP:	ETP nº 08 / 2026 – SMS/Francisco Santos
Objeto:	Contratação de empresa especializada para planejamento, organização, execução e monitoramento do Projeto "Viva Movimento: Práticas Corporais e Qualidade de Vida"
Prazo de Execução:	6 (seis) meses
Base Legal:	Lei nº 14.133/2021 e legislação complementar
Área Requisitante:	Secretaria Municipal de Saúde
Responsável pela Elaboração:	Equipe Técnica da Prefeitura Municipal
Data:	Francisco Santos – PI, 03 de junho de 2026.

1. IDENTIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

1.1 O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) refere-se à contratação de empresa especializada para o planejamento, organização, execução e monitoramento do Projeto "Viva Movimento: Práticas Corporais e Qualidade de Vida", a ser desenvolvido no município de Francisco Santos – PI, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste documento, no Termo de Referência e seus anexos.

Item	Descrição	Prazo
01	Contratação de empresa especializada para planejamento, organização, execução e monitoramento do Projeto "Viva Movimento: Práticas Corporais e Qualidade de Vida" no município de Francisco Santos – PI	6 meses

2. ÁREA REQUISITANTE

2.1 A requisição dos serviços que compõem o objeto desta contratação partiu da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Francisco Santos – PI, responsável pelo planejamento, coordenação e execução das ações de promoção da saúde no âmbito municipal.

2.2 A demanda foi identificada pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde, com base no diagnóstico situacional da saúde do município, nos indicadores epidemiológicos locais e nas diretrizes estabelecidas no Plano Municipal de Saúde vigente, evidenciando a necessidade de implementação de ações estruturadas de práticas corporais e promoção da qualidade de vida à população.

3. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO E MOTIVAÇÃO

3.1 A implementação do Projeto "Viva Movimento: Práticas Corporais e Qualidade de Vida" no município de Francisco Santos – PI é fundamentada em diagnóstico técnico que evidenciou os seguintes cenários preocupantes:

- Elevadas taxas de sedentarismo na população adulta e idosa, com consequente aumento da prevalência de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), como hipertensão arterial, diabetes mellitus tipo 2, obesidade e transtornos mentais comuns;
- Ausência de programa municipal estruturado e continuado de práticas corporais voltado para a saúde e qualidade de vida da população, conforme levantamento da própria Secretaria Municipal de Saúde;
- Alta demanda por serviços de saúde de média e alta complexidade decorrentes de complicações de doenças crônicas que poderiam ser prevenidas ou postergadas com a prática regular de atividade física orientada;
- Necessidade de fortalecer as ações de promoção da saúde previstas na Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) e na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no âmbito da Atenção Primária à Saúde.

3.2 O sedentarismo é reconhecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como o quarto maior fator de risco global de mortalidade, sendo responsável por aproximadamente 6% das mortes no mundo. No Brasil, segundo dados do VIGITEL/MS, mais de 40% da população adulta não atinge os níveis mínimos recomendados de atividade física semanal, situação que tende a ser ainda mais crítica em municípios de pequeno porte, onde a oferta de espaços e programas estruturados de atividade física é reduzida.

3.3 A realização de práticas corporais regulares e orientadas é uma intervenção de saúde pública de baixo custo e comprovada efetividade na redução de fatores de risco cardiovascular, melhora do controle glicêmico, redução da pressão arterial, melhora da saúde mental, prevenção de quedas em idosos, controle do peso corporal e melhoria da qualidade de vida em geral.

3.4 A contratação de empresa especializada justifica-se pela ausência de estrutura técnica, operacional e de recursos humanos especializados no quadro municipal para a implantação e gestão de um projeto desta natureza com qualidade, regularidade e abrangência territorial adequadas. São razões técnicas que embasam a contratação:

- Necessidade de profissionais com formação específica em Educação Física, registrados no Conselho Federal de Educação Física (CREF), para condução das práticas corporais com segurança e efetividade;
- Capacidade logística e operacional para implantação simultânea de múltiplos polos de atividades em localidades distintas do município;
- Expertise em metodologias pedagógicas adequadas a públicos diversificados, incluindo idosos, portadores de doenças crônicas e pessoas com mobilidade reduzida;
- Capacidade de mobilização comunitária, cadastramento de participantes e avaliação continuada dos resultados de saúde;
- Garantia de fornecimento de todos os materiais, equipamentos e insumos necessários à execução das atividades, sem ônus adicional ao município.

3.5 A contratação está alinhada ao Plano Municipal de Saúde, ao Plano de Contratações Anual (PCA) e observa os princípios da eficiência, economicidade, transparência e vantajosidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

4. REFERENCIAL LEGAL E NORMATIVO

4.1 A presente contratação fundamenta-se no seguinte arcabouço legal e normativo:

- Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais;
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022 – Dispõe sobre a elaboração do Estudo Técnico Preliminar para contratações de bens e serviços pela Administração Pública Federal, adotada como referência de boas práticas;
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021 – Dispõe sobre a pesquisa de preços para aquisições de bens e contratação de serviços em geral no âmbito da Administração Pública;
- Portaria de Consolidação GM/MS nº 02/2017 – Consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde, incluindo a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS);
- Portaria GM/MS nº 702/2018 – Altera a Portaria de Consolidação nº 02/GM/MS/2017, para incluir novas práticas na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares – PNPIC;
- Plano Municipal de Saúde de Francisco Santos – PI, vigente;
- Lei Orgânica Municipal e Lei Orçamentária Anual (LOA) vigente do município de Francisco Santos – PI.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Habilitação Jurídica

5.1.1 A empresa contratada deverá comprovar:

- Registro comercial, no caso de empresa individual, ou ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, no caso de sociedade empresária;
- Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), com atividade econômica compatível com o objeto da contratação;
- Ato de nomeação ou eleição dos atuais administradores, quando não constante do próprio contrato social.

5.2 Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

5.2.1 A empresa deverá apresentar as seguintes certidões, todas em plena validade na data de abertura do certame:

- Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa relativa a tributos federais e à Dívida Ativa da União (Receita Federal e PGFN);
- Certidão de regularidade junto à Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;
- Certidão de regularidade junto à Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF/FGTS);
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho;
- Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (vedação ao trabalho de menores).

5.3 Qualificação Econômico-Financeira

5.3.1 A empresa deverá demonstrar capacidade econômico-financeira compatível com a execução do objeto, mediante apresentação de:

- Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;
- Capital social ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, quando qualquer dos índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral forem iguais ou inferiores a 1 (um).

5.4 Qualificação Técnica

5.4.1 Para comprovação da qualificação técnica, a empresa deverá apresentar:

- Apresentação de comprovação de estrutura técnico-operacional compatível com o objeto contratado, evidenciando capacidade para planejamento, organização, execução e monitoramento de projetos na área de práticas corporais, atividade

física e/ou promoção da saúde, incluindo a apresentação de descrição detalhada da metodologia de trabalho a ser adotada;

- Comprovação de possuir, em seu quadro, ao menos 02 (dois) profissionais com formação em Educação Física e registro ativo no CREF, por meio de cópia do registro no órgão de classe.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

6.1 Em cumprimento ao art. 18, § 1º, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, foi realizado levantamento de mercado com o objetivo de identificar empresas qualificadas para a execução do objeto, analisar a viabilidade das soluções disponíveis, avaliar a competitividade do mercado e embasar a escolha da modalidade licitatória mais adequada.

6.2 O levantamento contemplou pesquisa junto a empresas atuantes no segmento de promoção da saúde, práticas corporais e atividade física orientada no estado do Piauí tendo sido identificados fornecedores com capacidade técnica e operacional para atendimento ao objeto pretendido.

6.3 A partir do levantamento, identificaram-se três perfis de empresa com experiência no segmento:

- Empresa A: empresa com experiência em projetos de práticas corporais para a saúde pública municipal, com portfólio de atuação em municípios do interior do Piauí. Oferece equipe multidisciplinar com profissionais de Educação Física registrados no CREF, estrutura logística para implantação de polos de atividades em locais públicos, materiais e equipamentos próprios e sistema de monitoramento de indicadores de saúde dos participantes. Seu modelo de atendimento inclui avaliação física periódica, ações de educação em saúde e relatórios de desempenho mensais.
- Empresa B: empresa especializada em soluções integradas de promoção da saúde, com atuação em programas de atividade física orientada, práticas integrativas e complementares e educação em saúde para secretarias municipais e estaduais de saúde. Destaca-se pela metodologia pedagógica adaptada para públicos vulneráveis, idosos e portadores de doenças crônicas, com protocolos validados cientificamente para progressão das atividades e controle dos resultados de saúde.
- Empresa C: empresa atuante na prestação de serviços de saúde coletiva e promoção da qualidade de vida, com experiência comprovada em projetos semelhantes junto a municípios de pequeno e médio porte da Região Nordeste. Possui equipe técnica habilitada no CREF, infraestrutura para atendimento territorial descentralizado e metodologia de mobilização comunitária para engajamento e retenção de participantes nos programas de atividade física.

6.4 O levantamento confirma a existência de competição no mercado, com ao menos três empresas capazes de atender ao objeto pretendido, o que viabiliza a realização de processo licitatório competitivo. Os preços praticados pelas empresas levantadas foram utilizados como referência para a estimativa do valor da contratação, conforme detalhado na seção 8 deste ETP.

6.5 Foram analisadas ainda as seguintes alternativas de solução:

- Execução direta pelo município: descartada em razão da inexistência de profissionais de Educação Física no quadro efetivo da Secretaria Municipal de Saúde em número suficiente para implantação e manutenção do projeto, bem como pela ausência de estrutura logística e de equipamentos adequados à execução das atividades em múltiplos polos;
- Contratação de profissionais autônomos: descartada pela dificuldade de gestão contratual, ausência de responsabilidade solidária, falta de estrutura logística integrada e risco de descontinuidade das atividades;
- Parceria com organizações da sociedade civil (OSCIP/OS): analisada, mas descartada em razão da necessidade de estrutura operacional e logística abrangente que não se enquadra adequadamente nos modelos de parceria vigentes.

6.6 Diante do exposto, a contratação de empresa especializada mediante processo licitatório mostrou-se como a solução mais vantajosa, eficiente e segura para a Administração Municipal.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E CONSIDERAÇÃO DO CICLO DE VIDA

7.1 O presente Estudo Técnico Preliminar recomenda a contratação integral de empresa especializada para implantação e execução do Projeto "Viva Movimento: Práticas Corporais e Qualidade de Vida" no município de Francisco Santos – PI, em alinhamento com a Lei nº 14.133/2021 e com as diretrizes da Política Nacional de Promoção da Saúde e da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares.

7.2 A solução contratada compreenderá todas as fases do ciclo de vida do objeto, conforme descrito a seguir:

Planejamento (1ª fase – Mês 1): a empresa contratada deverá elaborar e apresentar, em até 15 dias após a assinatura do contrato, Plano de Trabalho detalhado contemplando: mapeamento dos territórios e locais de execução das atividades, identificação do público-alvo prioritário, escala de profissionais, cronograma mensal de atividades, metodologia de cadastramento e triagem dos participantes, instrumentos de avaliação e monitoramento, indicadores de desempenho e metas a serem atingidas;

Implantação (1ª fase – Mês 1 e início do Mês 2): estruturação dos polos de atividades nos locais pactuados, organização e distribuição dos materiais e equipamentos,

mobilização comunitária inicial, cadastramento dos primeiros participantes e realização das avaliações físicas iniciais;

Execução (Meses 1 a 6 – contínua): realização sistemática das sessões de práticas corporais com frequência mínima de 2 (vezes) vezes por semana em cada polo, condução das ações mensais de educação em saúde, manutenção do cadastro de participantes atualizado, controle de frequência e aplicação de estratégias de reengajamento para participantes com baixa assiduidade;

Monitoramento e Avaliação (mensal – Meses 1 a 6): coleta sistemática de dados de saúde dos participantes, registro e análise dos indicadores de cobertura, frequência, adesão e resultados clínicos, elaboração e entrega dos relatórios mensais de execução até o 5º dia útil do mês subsequente, com proposições de melhorias sempre que necessário;

Encerramento (Mês 6): realização das avaliações físicas finais de todos os participantes, consolidação e análise comparativa dos resultados obtidos (inicial vs. final), elaboração e apresentação formal do Relatório Técnico Final à Secretaria Municipal de Saúde, com recomendações para a continuidade e sustentabilidade das ações de promoção da saúde por meio de práticas corporais no município.

7.3 A opção pela contratação integral de todos os serviços em lote único garante: (a) unidade de gestão e responsabilidade técnica; (b) integração entre os diferentes componentes do projeto (práticas corporais, avaliação física, educação em saúde e mobilização comunitária); (c) maior eficiência operacional; e (d) facilidade de fiscalização e controle por parte da Administração Municipal.

8. ESTIMATIVA DE QUANTIDADES

8.1 A estimativa das quantidades demandadas foi elaborada com base em análise técnica realizada pela Secretaria Municipal de Saúde, considerando de forma integrada: o perfil epidemiológico do município, a população adscrita à Atenção Primária à Saúde, a capacidade operacional de execução das atividades, o público-alvo prioritário, o período de 06 (seis) meses de execução do projeto e a disponibilidade orçamentária. Foram ainda observados parâmetros de projetos similares de promoção da saúde implementados em municípios de porte equivalente.

8.2 Para fins de dimensionamento do objeto, adotou-se como referência a organização de 02 (duas) turmas, com 40 (quarenta) participantes cada, totalizando 80 (oitenta) usuárias diretas, com participação contínua ao longo do período contratual. As atividades serão desenvolvidas de forma sistematizada, com frequência regular, assegurando cobertura adequada, viabilidade operacional e qualidade na execução.

8.3 Gestão técnico-administrativa do projeto Estimativa de 06 (seis) competências mensais, correspondentes ao período integral da execução contratual, contemplando

planejamento, coordenação, supervisão técnica, monitoramento de indicadores e gestão administrativa do projeto.

8.4 Recursos humanos especializados Prevê-se a disponibilização mínima de 02 (dois) profissionais de Educação Física, com atuação contínua durante os 06 (seis) meses, garantindo a condução técnica das atividades. Considera-se a proporção média de até 40 participantes por profissional, assegurando qualidade assistencial e segurança das usuárias.

8.5 Execução de práticas corporais sistematizadas Estimativa de 02 (duas) sessões semanais por turma, totalizando aproximadamente 8 sessões mensais por turma. Ao longo do período contratual, projeta-se a realização de 48 sessões por turma, resultando em 96 sessões no total, considerando as duas turmas.

8.6 Avaliações físicas e monitoramento das participantes Previsão de 03 (três) avaliações por participante (inicial, intermediária e final), totalizando 240 (duzentas e quarenta) avaliações individuais, considerando o universo de 80 participantes.

8.7 Materiais e equipamentos para práticas corporais Dimensionamento de 02 (dois) kits completos por turma, totalizando 04 (quatro) kits, compostos por colchonetes, faixas elásticas, bolas, cones e demais insumos necessários, considerando uso coletivo e rotativo.

8.8 Ações de educação em saúde Previsão de 03 (três) ações educativas, distribuídas ao longo da execução (periodicidade bimestral), com abordagem de temas relacionados à promoção da saúde, prevenção de doenças crônicas e estímulo ao autocuidado.

8.9 Material gráfico institucional Estimativa de 01 (um) lote, contemplando:

- 02 (dois) banners institucionais;
- 2.000 (dois mil) folders informativos;

8.10 camisetas institucionais do projeto: Previsão de 80 (oitenta) unidades, correspondentes ao total de participantes do projeto.

8.11 Evento institucional Realização de 01 (um) evento, preferencialmente ao final do projeto, com participação das usuárias e equipe técnica.

8.12 Relatórios técnicos de execução Previsão de 07 (sete) relatórios, sendo:

- 06 (seis) relatórios mensais;
- 01 (um) relatório final consolidado.

8.13 Insumos e equipamentos para avaliação e monitoramento em saúde Estimativa de 01 (um) lote, com equipamentos e insumos suficientes para atendimento das 80 participantes ao longo de todo o período, incluindo glicosímetros, tiras reagentes, aparelhos de pressão arterial, balanças e estadiômetros.

8.14 As quantidades foram definidas com base em critérios técnicos de suficiência, proporcionalidade e economicidade, de modo a garantir a plena execução do objeto, evitando subdimensionamento ou superdimensionamento dos recursos públicos.

9. ESTIMATIVA E PESQUISA DE PREÇOS

9.1 A estimativa de preços foi elaborada em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, que disciplinam o procedimento de definição do valor estimado para contratações no âmbito da Administração Pública.

9.2 Foram adotadas as seguintes metodologias de pesquisa de preços, de forma complementar:

- Consulta direta a empresas do segmento, mediante solicitação formal de orçamentos e propostas comerciais, possibilitando a comparação entre os preços praticados no mercado para serviços similares;
- Pesquisa em contratações similares realizadas por outros municípios piauienses e da Região Nordeste, obtidas mediante consulta a sistemas de transparência e portais de licitações, verificando os valores praticados em contratos de mesma natureza;
- Análise de preços referenciais de serviços de saúde e promoção da qualidade de vida praticados no mercado regional, com ajustes de compatibilidade ao escopo do presente projeto.

9.3 Com base na pesquisa de preços realizada, o valor total estimado para a contratação foi fixado em **R\$ 240.240,00 (duzentos e quarenta mil, duzentos e quarenta reais)**, para um período de 6 (seis) meses de execução do projeto, valor esse considerado compatível com os preços de mercado para serviços de mesma natureza, escopo e complexidade.

9.4 A estimativa foi elaborada de modo a assegurar a relação de custo-benefício mais favorável à Administração Municipal, considerando não apenas os preços unitários, mas também a qualidade técnica esperada, a abrangência territorial do projeto, o quantitativo de participantes a serem atendidos e os resultados de saúde pretendidos.

9.5 O processo completo de pesquisa de preços e as planilhas de composição de custos encontram-se arquivados nos autos do processo administrativo correspondente, disponíveis para consulta e fiscalização pelos órgãos de controle interno e externo.

10. JUSTIFICATIVAS PARA O NÃO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

10.1 Em consonância com o art. 40, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, que estabelece como regra geral o parcelamento do objeto licitado quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso, a presente contratação foi analisada quanto à possibilidade de parcelamento, tendo-se concluído pela não adoção desta estratégia, pelas razões técnicas, operacionais e econômicas a seguir detalhadas:

Integralidade e interdependência das fases: o Projeto "Viva Movimento" é composto por fases interdependentes que não podem ser dissociadas sem comprometer a qualidade e a continuidade dos resultados pretendidos. O planejamento, a implantação,

a execução das práticas corporais, as avaliações físicas, as ações educativas e o monitoramento dos resultados constituem um conjunto integrado de ações, cuja efetividade depende da gestão unificada sob responsabilidade de um único executor;

Unicidade da responsabilidade técnica: a contratação em lote único permite estabelecer um único responsável técnico pelo projeto, com responsabilidade integral pelos resultados obtidos, facilitando a fiscalização, o controle e a responsabilização em caso de descumprimento das obrigações contratuais;

Economicidade: a contratação integral e unificada possibilita a obtenção de condições financeiras mais vantajosas do que a contratação parcelada de diferentes componentes do projeto, evitando duplicidade de custos fixos (gestão, administração, logística) e permitindo ganhos de escala;

Viabilidade operacional: a implantação simultânea de múltiplos polos de atividades e a manutenção de equipe multidisciplinar exigem uma empresa com estrutura logística integrada, tornando inviável e ineficiente a divisão do projeto entre múltiplos fornecedores;

Continuidade das ações: o parcelamento poderia gerar descontinuidade nas atividades em razão de diferentes prazos contratuais, dificuldades de coordenação entre múltiplos fornecedores e risco de lacunas na prestação dos serviços essenciais aos participantes do projeto.

10.2 Diante das justificativas expostas, a contratação em lote único, com responsabilidade integral atribuída a uma única empresa especializada, configura-se como a solução técnica e economicamente mais vantajosa para a Administração Municipal, em conformidade com o princípio da eficiência previsto no art. 37 da Constituição Federal e com os objetivos da Lei nº 14.133/2021.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

11.1 Em conformidade com o art. 18, § 1º, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, procedeu-se à verificação da existência de contratações correlatas ou interdependentes que pudessem interferir na execução do objeto pretendido.

11.2 A Secretaria Municipal de Saúde de Francisco Santos – PI declara que, na data de elaboração deste Estudo Técnico Preliminar, não há contratos vigentes ou em fase de contratação que sejam correlatos ou interdependentes ao objeto do presente processo, em termos de execução simultânea no mesmo espaço físico, utilização dos mesmos recursos humanos ou sobreposição de ações e metas.

11.3 Ressalta-se que o Projeto "Viva Movimento" é uma iniciativa nova e inédita no município, sem precedente de contratação similar, o que afasta qualquer risco de conflito ou sobreposição com outras contratações em andamento.

11.4 Não obstante, a Secretaria Municipal de Saúde compromete-se a comunicar imediatamente à equipe de gestão do contrato qualquer situação que implique

correlação ou interdependência superveniente com outras contratações, de modo a adotar as providências cabíveis para preservar a integridade do projeto.

12. RESULTADOS PRETENDIDOS E BENEFÍCIOS ESPERADOS

12.1 A execução do Projeto "Viva Movimento: Práticas Corporais e Qualidade de Vida" em Francisco Santos – PI visa a alcançar os seguintes resultados, mensuráveis ao longo dos 6 meses de duração do projeto:

12.1 Indicadores de Processo

- Implantação de ao menos 2 (dois) polos de práticas corporais em localidades distintas do município, com atividades regulares e continuadas;
- Cadastramento de no mínimo 80 (oitenta) participantes ao longo dos 6 meses do projeto;
- Realização de ao menos 2 (duas) sessões de práticas corporais por semana em cada polo, totalizando aproximadamente 96 sessões ao longo dos 6 meses;
- Realização de 3 (três) ações de educação em saúde ao longo do projeto, com participação mínima de 20 pessoas por ação;
- Entrega de 6 (seis) relatórios mensais e 1 (um) relatório técnico final, com informações completas sobre os resultados alcançados.

12.2 Indicadores de Resultado

- Redução do sedentarismo, com meta de participação de 40 pessoas por grupo;
- Melhora dos indicadores de composição corporal dos participantes (redução do IMC médio e da circunferência abdominal), com meta de redução mínima de 2% na média do grupo;
- Melhora dos indicadores de mobilidade funcional e capacidade aeróbica básica dos participantes idosos e adultos cadastrados no projeto;
- Aumento do nível de satisfação dos participantes com as ações de promoção da saúde ofertadas pelo município, avaliado mediante instrumento de pesquisa de satisfação ao final do projeto.

12.3 Benefícios Esperados para a Administração Municipal

- Redução da demanda por atendimentos de urgência e emergência decorrentes de complicações agudas de doenças crônicas relacionadas ao sedentarismo;
- Fortalecimento das ações de promoção da saúde no âmbito da Atenção Primária à Saúde, em alinhamento com os objetivos do Plano Municipal de Saúde;
- Ampliação do vínculo entre a população e os serviços de saúde do município, favorecendo a adesão a outros programas e ações de saúde;
- Melhoria dos indicadores municipais de saúde que integram os sistemas de informação do SUS e que são avaliados pelo Ministério da Saúde e pelos órgãos de controle;

- Geração de base de dados epidemiológicos locais para embasar futuras políticas públicas de promoção da saúde no município.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

13.1 Para que o Projeto "Viva Movimento" possa ser implementado com plena efetividade, a Administração Municipal de Francisco Santos – PI deverá adotar as seguintes providências:

- Designação formal de servidor(es) responsável(eis) pela gestão e fiscalização do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, preferencialmente com formação na área de saúde ou experiência em gerenciamento de projetos de saúde pública;
- Identificação e formalização dos espaços públicos (praças, parques, quadras, UBS) que serão utilizados como polos de atividades, com antecedência mínima de 15 dias ao início das atividades;
- Articulação com as equipes da Estratégia de Saúde da Família (ESF) para apoio na identificação e mobilização do público-alvo prioritário (hipertensos, diabéticos, idosos sedentários, obesos e portadores de outras DCNT);
- Comunicação interna ao conjunto das Secretarias Municipais sobre o projeto, promovendo a adesão intersetorial e a divulgação junto à população;
- Garantia da dotação orçamentária necessária à cobertura integral do valor da contratação, mediante empenho prévio dos recursos no orçamento vigente;
- Elaboração dos instrumentos contratuais necessários (contrato, ordem de serviço, termos de aceite) em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com as orientações do TCE-PI;
- Estruturação de sistema de registro e arquivo dos documentos relacionados à execução contratual, incluindo relatórios, atestados, notas fiscais e demais comprovantes, para fins de prestação de contas e eventual auditoria.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

14.1 A execução do Projeto "Viva Movimento" envolve riscos ambientais de baixa magnitude, considerando a natureza das atividades previstas (práticas corporais em espaços abertos). Os principais impactos potenciais identificados e as respectivas medidas de mitigação são:

Geração de resíduos sólidos: a realização de avaliações físicas com materiais descartáveis (luvas, lancetas, tiras reagentes) e a distribuição de materiais educativos pode gerar resíduos. A empresa contratada deverá adotar procedimentos adequados de segregação, acondicionamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde (RSS), em conformidade com a RDC ANVISA nº 222/2018 e com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010);

Consumo de recursos naturais: as atividades do projeto demandarão uso de água e energia elétrica em proporções compatíveis com a realização de atividades físicas em espaços públicos. Recomenda-se a adoção de práticas de uso racional desses recursos durante toda a execução do projeto;

Materiais impressos: a produção de folders, banners e cartazes implica consumo de papel e outros insumos gráficos. A empresa deverá priorizar o uso de materiais recicláveis e fornecedores com certificação ambiental, bem como estimular a divulgação digital como forma complementar de comunicação;

Impacto acústico: a realização de atividades físicas em espaços públicos com uso de equipamentos de som deverá observar os limites de ruído estabelecidos pela legislação municipal e pela ABNT NBR 10.151, de modo a não causar perturbação à vizinhança.

14.2 A empresa contratada deverá inserir no Plano de Trabalho um capítulo específico sobre responsabilidade socioambiental, detalhando as práticas que adotará para minimizar os impactos ambientais identificados, em consonância com as exigências do art. 11, inciso I, e do art. 68, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

15. SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

15.1 Em atendimento às diretrizes de contratações sustentáveis previstas no art. 5º, inciso IV, e no art. 11, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, o presente projeto contempla as seguintes práticas sustentáveis:

- Priorização de espaços públicos ao ar livre para realização das práticas corporais, reduzindo o consumo de energia elétrica e favorecendo o contato da população com o meio ambiente;
- Uso de materiais e equipamentos de longa durabilidade, reduzindo a necessidade de substituição frequente e o volume de resíduos gerados;
- Estímulo à participação ativa da comunidade nas práticas corporais, promovendo a mudança comportamental duradoura e contribuindo para a sustentabilidade das ações de promoção da saúde no município;
- Geração de emprego e renda local, mediante orientação à empresa contratada para priorizar, sempre que possível, a contratação de profissionais residentes no município ou região;
- Produção de materiais impressos em gráficas com certificação de manejo florestal responsável ou que utilizem papel reciclado.

16. RISCOS IDENTIFICADOS

16.1 Em cumprimento ao art. 18, § 1º, inciso X, da Lei nº 14.133/2021, foram identificados os principais riscos associados à presente contratação, com a indicação das medidas preventivas e corretivas recomendadas:

Risco Identificado	Probabilidade	Impacto	Nível	Medida Preventiva/Corretiva
Baixa adesão da população ao projeto	Média	Alto	Médio	Estratégia robusta de mobilização comunitária; parceria com ESF e agentes de saúde; divulgação ampla prévia ao início das atividades
Descontinuidade das atividades por ausência de profissional da empresa	Baixa	Alto	Médio	Exigir plano de substituição de profissionais no Plano de Trabalho; fiscalização mensal da presença e habilitação dos profissionais
Indisponibilidade dos espaços públicos designados	Baixa	Médio	Baixo	Levantamento prévio e formalização dos espaços antes da assinatura do contrato; definição de locais alternativos de contingência
Atraso na entrega de materiais e equipamentos	Baixa	Médio	Baixo	Exigir cronograma de entrega de materiais no Plano de Trabalho; aplicar penalidade proporcional por atraso na entrega
Qualidade técnica insatisfatória dos serviços prestados	Baixa	Alto	Médio	Fiscalização regular in loco; análise criteriosa dos relatórios mensais; aplicação de desconto proporcional sobre a parcela mensal em caso de metas não atingidas
Inadimplência da empresa ou interrupção da prestação dos serviços	Baixa	Alto	Médio	Exigência de habilitação econômico-financeira comprovada; pagamento por parcelas mensais condicionadas ao atestado do fiscal; previsão de rescisão unilateral com aplicação das sanções previstas em lei

Contingência climática adversa impedindo realização das atividades ao ar livre	Média	Baixo	Baixo	Previsão, no Plano de Trabalho, de espaços cobertos alternativos ou protocolos de reposição das sessões não realizadas por questões climáticas
--	-------	-------	-------	--

17. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Orçamentária:	Secretaria Municipal de Saúde
Função:	10 – Saúde
Subfunção:	301 – Atenção Básica
Programa:	Conforme Lei Orçamentária Anual vigente
Natureza da Despesa:	3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte de Recursos:	Recursos próprios do município e/ou transferências do Fundo Nacional de Saúde (FNS)
Valor Total:	R\$ 240.240,00 (duzentos e quarenta mil, duzentos e quarenta reais)

18. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

18.1 Com fundamento na análise técnica realizada ao longo da elaboração deste Estudo Técnico Preliminar, e em conformidade com o art. 18, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, declara-se a VIABILIDADE da contratação de empresa especializada para o planejamento, organização, execução e monitoramento do Projeto "Viva Movimento: Práticas Corporais e Qualidade de Vida" no município de Francisco Santos – PI, pelos seguintes fundamentos:

Necessidade devidamente comprovada: a contratação é justificada pelo diagnóstico técnico de saúde municipal, pelos indicadores epidemiológicos locais e pela inexistência de programa municipal estruturado de práticas corporais para promoção da saúde, conforme detalhado na seção 3 deste ETP;

Viabilidade financeira: os recursos necessários à execução do contrato estão previstos na Lei Orçamentária Anual vigente e são compatíveis com a capacidade financeira do município, conforme informação da Secretaria Municipal de Finanças;



MUNICÍPIO DE FRANCISCO SANTOS - PI
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SMS

C.N.P.J 01.094.665.0001-74

Rua 24 de Dezembro, nº 165, Bairro Centro = CEP: 64.645-000

Francisco Santos – PI

E-mail: smsfsantos@saude.pi.gov.br



Competitividade de mercado: o levantamento de mercado demonstrou a existência de empresas qualificadas e em número suficiente para viabilizar processo licitatório competitivo, assegurando a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração;

Legalidade: a contratação observa todos os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, incluindo as disposições da Lei nº 14.133/2021 e as normativas do TCE-PI sobre controle e fiscalização de contratos públicos;

Proporcionalidade custo-benefício: os benefícios esperados em termos de melhoria dos indicadores de saúde da população, redução da demanda por serviços de saúde de maior complexidade e fortalecimento das ações de promoção da saúde justificam plenamente o investimento estimado de **R\$ 240.240,00 (duzentos e quarenta mil, duzentos e quarenta reais)** pelo prazo de 6 (seis) meses.

18.2 Recomenda-se, portanto, o prosseguimento do processo de contratação, mediante a elaboração do Termo de Referência e a adoção do processo licitatório adequado, na modalidade Pregão Eletrônico, conforme estabelecido na Lei nº 14.133/2021.

Francisco Santos – PI, 02 de junho de 2026.

TÁSSIA GISELE DE SOUSA MEDEIROS CARVALHO

Secretária Municipal de Saúde

CPF: 033.442.493-39 – Matrícula: 00014